SONDA SUPERMERCADOS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO S.A | CNPJ/MF nº 01.937.635/0001-82

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias a administração do Sonda Supermercados Exportação e Importação S.A., submete à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, devidamente acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes.

No ano em que a Companhia comemorou a marca de 50 anos de história no segmento supermercadista (1974-2024) consolidamos mais um período de crescimento acima da média do setor e reafirmamos nosso compromisso com a qualidade, preço justo e referência no atendimento ao cliente. Durante o ano de 2024, mantivemos nosso foco na eficiência operacional, aprimorando processos internos, investindo em melhorias que garantam o abastecimento mesmo com os inúmeros gargalos logísticos que a grande metrópole de São Paulo impõem.

No período concentramos nossos esforços na modernização e melhoria das lojas, garantindo ambientes ainda mais confortáveis, organizados e eficientes para os consumidores. Seguimos com projetos de expansão, porém de maneira sólida buscamos investimentos seguros em mercados consolidados. Nossos maiores esforços no ano foram no aprimoramento da experiência de compra, com iniciativas voltadas aos retrofits, com ampliação da nova identidade visual, além da abertura de maiores espaços nas áreas de vendas para linhas saudáveis e produtos prontos, além do crescimento nos serviços de fabricação no momento da venda ao consumidor final, tendências estas que têm se demonstrado assertivas no retorno em vendas e no fortalecimento do relacionamento com os clientes.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em termos financeiros, o **Sonda Supermercados** registrou um faturamento de R$ 5,2 bilhões em 2024, representando um crescimento de 10,49% na Receita Bruta em comparação ao ano anterior, resultado que reflete nossa capacidade de adaptação às dinâmicas do mercado e a consolidação de nossa presença no setor varejista. Mantivemos um patamar sólido e consistente em nossos indicadores, demonstrando a resiliência da empresa diante dos desafios econômicos e setoriais. Esse desempenho reflete a continuidade de nossa eficiência operacional e a manutenção dos principais diferenciais estratégicos da marca, como um mix diversificado de produtos, um atendimento qualificado, rigorosos padrões de higiene em nossas lojas e a constante modernização do ambiente de vendas. Além disso, reforçamos nossa governança e investimos em melhorias contínuas tanto na gestão como na operação das nossas lojas. Desta forma garantimos elevado padrões de qualidade que são referenciais que o **Sonda Supermercados** conquistou ao longo dos seus 50 anos de história, sendo sinônimo de qualidade, confiança e preços justos para nossos clientes.

Cenário Econômico e Setorial

O ano de 2024 foi marcado por desafios e oportunidades na economia global e brasileira. No Brasil, a trajetória de queda da taxa de juros na primeira parcela do ano foi interrompida e assistiu-se à retomada nas taxas ao longo do segundo semestre, o que impactou o consumo das famílias, e voltou a reduzir o crédito que estava expandindo. O IPCA fechou o ano em 4,83% a.a., indicando um descontrole da inflação frente sua meta de 3,50% a.a. com tolerância de 1,50% a.a., já pelo lado do PIB o crescimento foi de 3,50%, impulsionado pelo agronegócio, serviços e aumento do consumo interno devido a retomada do emprego e da renda. Finalmente de acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), as vendas dos supermercados registraram crescimento de 3,72% em 2024 na comparação com o ano anterior.

Perspectivas para 2025

Para o ano de 2025 a Companhia segue com plano estratégico de crescimento orgânico e novas aberturas, também estaremos atentas as oportunidades que possam ser concretizadas na linha de aquisições. Também estão previstos novos retrofits e expansão em áreas de vendas das unidades já em operação. Além disso, seguiremos investindo em inovação, digitalização e parcerias estratégicas que agreguem valor a toda a cadeia de suprimentos.

Nosso compromisso com o respeito aos clientes, fornecedores e colaboradores segue sendo a base do nosso sucesso, assim agradecemos a confiança destes e sobretudo expressamos nossa gratidão aos quase 10 mil colaboradores, cuja dedicação e empenho fazem do Sonda Supermercados uma referência no varejo brasileiro.

A Administração
Sonda Supermercados

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota Explicativa	2024	2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	674.847	1.020.770
Contas a receber	4	306.162	307.432
Estoques	5	535.134	494.446
Créditos tributários	6	18.283	32.307
Outras contas a receber		11.243	11.979
Despesas antecipadas		3.307	2.708
Total circulante		**1.548.976**	**1.869.642**
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	7	32.279	32.279
Créditos tributários	6	1.787	1.861
Tributos diferidos	26	4.800	5.062
Depósito judicial	17	1.453	1.144
		40.319	**40.346**
Imobilizado	8	215.620	226.652
Direito de uso sobre arrendamentos	9	311.526	301.058
Intangível	10	111.661	111.662
		638.807	**639.372**
Total do não circulante		**679.126**	**679.718**
Total do ativo		**2.228.102**	**2.549.360**

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	2024	2023
Passivo circulante			
Fornecedores	11	600.812	583.535
Passivo de arrendamento	13	94.415	82.331
Salários e encargos sociais	12	59.005	55.608
Obrigações tributárias	14	34.508	46.787
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	15	124.522	111.958
Parcelamento de tributos	16	7.725	7.749
Outras contas a pagar		1.835	5.302
Total circulante		**922.822**	**893.270**
Passivo não circulante			
Passivo de arrendamento	13	268.613	269.031
Parcelamento de tributos	16	22.074	27.656
Provisão para contingências	17	5.200	6.864
Total do não circulante		**295.887**	**303.551**
Patrimônio líquido			
Capital social	18.1	441.298	441.298
Reserva de capital	18.2	487.618	487.618
Reserva de lucros	18.3	80.477	423.623
Total do patrimônio líquido		**1.009.393**	**1.352.539**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.228.102**	**2.549.360**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social		Reserva de capital	Reservas de lucros			
	Capital integralizado	Capital a integralizar	Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**441.298**	**–**	**487.618**	**16.863**	**73.473**	**–**	**1.019.252**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	427.828	427.828
Reserva legal	–	–	–	21.391	–	(21.391)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(19.050)	(19.050)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(75.491)	(75.491)
Constituição de reservas	–	–	–	–	311.896	(311.896)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**441.298**	**–**	**487.618**	**38.254**	**385.369**	**–**	**1.352.539**
Distribuição da reserva de lucros	–	–	–	–	(385.369)	–	(385.369)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	335.797	335.797
Reserva legal	–	–	–	16.789	–	(16.789)	–
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(229.618)	(229.618)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(63.956)	(63.956)
Constituição de reservas	–	–	–	–	25.434	(25.434)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**441.298**	**–**	**487.618**	**55.043**	**25.434**	**0**	**1.009.393**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota Explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	19	4.794.580	4.337.674
(–) Custo dos produtos e mercadorias vendidas	20	(3.833.676)	(3.498.842)
(=) Lucro bruto		**960.904**	**838.832**
Receitas/(despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(307.103)	(314.249)
Despesas com pessoal	22	(582.754)	(540.592)
Despesas comerciais		(10.198)	(9.640)
Despesas tributárias		(96.248)	(2.188)
Depreciação		(23.419)	(22.315)
Amortização		(80.279)	(80.158)
Outras receitas/(despesas) operacionais	24	129.729	260.129
(=) Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**(9.368)**	**129.819**
Despesas financeiras	23	(172.514)	(177.705)
Receitas financeiras	23	596.762	543.702
(=) Resultado financeiro		**424.248**	**365.997**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**414.880**	**495.816**
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	(142.778)	(143.390)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(261)	(89)
(=) Lucro líquido do exercício antes do estorno do JCP		**271.841**	**352.337**
(+) Estorno dos juros sobre capital próprio		63.956	75.491
(=) Lucro líquido do exercício		**335.797**	**427.828**
Lucro por ação			
Lucro líquido por ação do capital social - em Reais	28	22,66	28,87

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**335.797**	**427.828**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**335.797**	**427.828**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2024	2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**335.797**	**427.828**
(Despesas)/receitas que não afetam as disponibilidades		
Apropriação de juros sobre arrendamento	49.569	53.786
Apropriação de juros sobre parcelamento	1.972	2.908
Adição/Reversão do *impairment* por perdas nos estoques	1.207	(217)
Adição/Reversão de provisão para contingências	(1.664)	(240)
Imposto diferido	261	89
Receita com recuperação de impostos	–	(135.368)
Amortização do ativo intangível	1	41
Depreciação do ativo imobilizado	23.415	22.299
Amortização do direito de uso sobre arrendamentos	92.967	89.257
PIS e COFINS arrendamentos	(13.072)	(12.127)
	490.453	**448.256**
Aumento líquido/(diminuição) de ativos		
Contas a receber	1.270	(32.491)
Estoques	(41.895)	19.862
Créditos tributários	14.098	124.734
Depósitos judiciais	(309)	(893)
Outras contas a receber	736	(2.145)
Despesas antecipadas	(599)	836
	(26.699)	**109.903**
Aumento líquido/(diminuição) de passivos		
Fornecedores	17.277	28.981
Salários e encargos sociais	3.397	3.425
Obrigações tributárias	(12.279)	27.681
Dividendos a pagar	12.564	(16.597)
Outras contas a pagar	(3.467)	2.821
Parcelamento de tributos	(7.577)	(7.564)
	9.915	**38.747**
Caixa líquido gerado proveniente de atividades operacionais	**473.669**	**596.906**
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado	(12.387)	(28.369)
Aquisição de Intangível	–	(2)
Venda/Baixa de Imobilizado	4	16
Adição/atualizações de contratos de arrendamentos	(103.684)	(66.776)
Baixa de contratos de arrendamentos	249	313
Caixa líquido consumido proveniente de atividades de investimento	**(115.818)**	**(94.818)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(293.574)	(94.541)
Distribuição da reserva de lucros	(385.369)	–
Baixa de contratos de arrendamento	(76)	(115)
Adições/atualizações de operações de arrendamento	103.423	66.674
Pagamento de arrendamento mercantil	(128.178)	(123.217)
Caixa líquido consumido proveniente de atividades de financiamento	**(703.774)**	**(151.199)**
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(345.923)**	**350.889**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.020.770	669.881
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	674.847	1.020.770
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(345.923)**	**350.889**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: O Sonda Supermercados Exportação e Importação S.A. está presente no segmento supermercadista desde a década de 1970, iniciou sua trajetória no estado Rio Grande do Sul e migrou para o Estado de São Paulo, onde consolidou-se como uma das principais redes varejistas de alimentos do Estado, com atuação relevante na cidade de São Paulo e na região metropolitana, além de estar presente em importantes cidades do estado como Campinas, Indaiatuba e São José dos Campos e possuir presença relevante na região conhecida como ABC Paulista onde localiza-se também seus Centros de Distribuição. A Companhia que carrega em sua marca o sobrenome da família Sonda e comemorou seus 50 anos de atividade no segmento em 2024, manteve ao longo de décadas o trabalho focado na satisfação do cliente, prezando pela qualidade no atendimento e conforto em suas lojas, sendo referência pelo seu mix completo de produtos nos segmentos de açougue, padaria e peixaria. A empresa oferece ainda serviços de delivery através de sua plataforma digital (www.sondadelivery.com.br), atendendo a milhares de clientes diretamente em suas residências, com a garantia de qualidade e preços competitivos, disponibiliza ainda a modalidade "retira" onde é possível realizar os pedidos via internet ou telefone e retirar as compras prontas e embaladas em vagas específicas nos estacionamentos das lojas sem a necessidade de pegar filas, proporcionando assim alternativas que satisfaçam as necessidades de cada cliente melhorando o bem estar das famílias. Atuando com as marcas Sonda Supermercados e Supermercado Cobal, em um total de 45 lojas, além do já indicado canal de vendas online, a empresa se conecta com os diferentes públicos e classes sociais, ajustando seu mix de acordo com a demanda de cada região ou bairro. Devido a manter sua operação concentrada a uma distância máxima de 150 quilômetros do Centro de Distribuição e com transportadora própria e dedicada, a empresa possui vantagens logísticas que lhe permitem maior flexibilidade e atendimento, além de alcançar eficiência e qualidade necessários ao transporte de alimentos o que impacta positivamente em sua cadeia de abastecimento e beneficia seus clientes. Estrategicamente a empresa deve seguir realizando reformas (retrofits) em suas lojas, revisando seus projetos com o objetivo de modernizar as áreas de vendas e assim proporcionar melhorias na experiência de compra dos seus clientes. A empresa planeja ainda realizar a abertura de novas lojas que devem reforçar seu compromisso de atender regiões ainda não abrangidas, gerando empregos e crescimento de renda para a comunidade. **2. Base de elaboração, apresentação e principais políticas contábeis materiais adotadas na construção destas demonstrações contábeis: 2.1. Elaboração das demonstrações contábeis: a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil):** As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 24 de março de 2025, considerando os eventos subsequentes até esta data. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Gerais (NBC TG(s)) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **b. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **c. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Conforme definição da NBC TG 02 (R3), Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas:** Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas críticas referentes às provisões necessárias para demandas judiciais, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), estimativa de vidas úteis para ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferido e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. **2.2. Principais políticas contábeis materiais:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.2.2. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por um valor superior ao seu valor recuperável ("*impairment*"). Se houver alguma evidência, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "*impairment*" desse ativo financeiro previamente reconhecida, é reconhecida na demonstração do resultado. A NBC TG 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). **(i) Classificação dos ativos e passivos financeiros e mensuração subsequente:**

	Classificação NBC TG 48
Ativos financeiros (Circulantes e Não Circulante)	
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	VJR
Outras contas a receber	Custo amortizado
Passivo financeiros (Circulantes e Não Circulante)	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Outros Passivos	Custo amortizado

2.2.3. Contas a receber: As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente (quando da ocorrência de efeitos significativos) e deduzidas da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD, quando aplicável), e sua composição se refere basicamente a recebíveis de cartões de débito e crédito com curto prazo de recebimento, bem como baixo risco. A perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **2.2.4. Estoques:** O saldo de estoque é constituído, substancialmente, por mercadorias para revenda dos supermercados. As mercadorias estão avaliadas ao custo médio comercial, não excedendo o seu valor de mercado. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas, quando consideradas necessárias pela Administração. As perdas identificadas com perecimento e avarias são coletadas e baixadas imediatamente na identificação, bem como a Companhia possui política de inventários mensais para a área de perecíveis. A Companhia realiza ainda três inventários gerais anualmente. **2.2.5. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados pelas alíquotas regulares de 15%, acrescidos de adicional de 10% aplicadas o excedente acima à R$ 240.000,00 anual para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes. **2.2.6. Partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas representam operações de contas correntes entre as empresas do grupo econômico, registradas pelo valor original, as quais foram realizadas em condições estabelecidas entre as partes não havendo vencimento estipulado, bem como não há remuneração dos montantes. **2.2.7. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **2.2.7.1. Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. **2.2.7.2. Arrendamentos de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento, estão divulgadas na Nota explicativa nº 21. **2.2.8. Imobilizado:** Demonstrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 08, que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme requerido pelo pronunciamento técnico NBC TG 27 (R4) - Ativo Imobilizado. A Companhia não avaliou seu ativo imobilizado pelo valor justo, considerando que: (i) o método do custo amortizado, deduzido da estimativa de perda, é o melhor método para avaliar o ativo imobilizado; (ii) o ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; e (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. Todo e quaisquer custos acessórios são devidamente ativados e seguem os critérios normais de depreciação e amortização. **Redução ao valor recuperável de ativos:** O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. **2.2.9. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável e divulgadas na Nota Explicativa nº 10. **2.2.10. Fornecedores:** Referem-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. Em 2024 e 2023 não houve ajuste a valor presente (AVP) de compras a prazo. **2.2.11. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita (conforme Nota Explicativa nº 16). **2.2.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em Nota Explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia questione a inconstitucionalidade de tributos (conforme Nota Explicativa nº 16). **2.2.13. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, são registrados ao valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que reflitam o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido ativo e/ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.2.14. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **a) Receitas da venda de mercadorias:** A receita da venda de mercadorias nos supermercados é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios inerentes às mercadorias sejam transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. **b) Custos da mercadoria vendida:** Os custos das mercadorias vendidas incluem o custo de aquisição de mercadorias, ajustado a valor presente, quando aplicável. **c) Despesas:** As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a períodos futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração. **2.3. Estimativas críticas:** A elaboração das demonstrações contábeis da Sociedade está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis: • Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida; • Perda por redução ao valor recuperável de tributos; • Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa; • Perda estimada com obsolescência dos estoques; • Imposto sobre a Renda e Contribuição Social diferidos ativos; • Provisões (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **2.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações da Companhia. **b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações financeiras da Companhia. **c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. **2.5. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alterações na IAS 21/CPC 02** (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; **b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48** - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; **d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras -** a nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; **e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública**: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	Remuneração média - % CDI			
	2024	2023	2024	2023
Numerário em Trânsito	–	–	6.699	11.275
Bancos conta movimento	–	–	1.003	1.339
Certificados de depósitos bancários	101,50%	104,00%	620.616	945.721
Outros fundos de investimento	95,00%	85,00%	46.529	62.435
			674.847	**1.020.770**

4. Contas a receber	2024	2023
Clientes **(I)**	1.875	3.424
Cartões de débito e crédito **(II)**	304.287	304.008
	306.162	**307.432**

I. Trata-se de valores a receber de clientes. Em 2024 e 2023, o Sonda não transacionou operações de contas a receber passíveis de constituição de perda de crédito esperada, de forma relevante. A perda de crédito esperada é avaliada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem e as garantias reais para os débitos; **II.** As vendas realizadas nos supermercados são, substancialmente, recebidas por meio de cartões de créditos e débito dos clientes. Os valores apresentados nesta rubrica possuem um fluxo financeiro atrelado às condições de parcelamento oferecido pela loja. Em 2024 e 2023, não existem recebíveis de cartões de débito e créditos incluídos como garantia nos empréstimos bancários obtidos em nome das Sociedades. No período, as contas a receber da Companhia estavam segregadas da seguinte maneira:

	2024	2023
Valores a vencer:	**1.456**	**3.224**
Valores vencidos:		
de 1 a 30 dias	413	200
Acima de 180 dias	6	–
	1.875	**3.424**

5. Estoques:	2024	2023
Estoque de revenda		
Estoque de mercadorias	536.567	496.676
Impairment por perdas de estoque	(11.504)	(10.297)
	525.063	**486.379**
Estoque de almoxarifado		
Uso Interno - Comunicação Visual	187	160
Uso Interno - Consumo	9.756	7.774
Outros	128	133
	10.071	**8.067**
	535.134	**494.446**

A movimentação do *impairment* por perdas nos estoques está representada a seguir:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	**(10.297)**	**(10.514)**
Adições	(11.504)	(10.297)
Baixas	10.297	10.514
Saldo no final do exercício	**(11.504)**	**(10.297)**

6. Créditos tributários:	2024	2023
Antecipações IR e CSSL	6.978	9.844
Imposto de renda retido na fonte	5.084	15.538
ICMS a recuperar	6.825	7.719
PIS a recuperar	211	190
COFINS a recuperar	972	877
	20.070	**34.168**
Ativo circulante	18.283	32.307
Ativo não circulante	1.787	1.861

Recuperação de crédito do ICMS sobre PIS e COFINS: No exercício de 2008, a Companhia instaurou uma ação judicial sob o nº 0014910-65.2008.403.6100 requerendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 15 de março de 2017, em sessão do pleno do STF, foi reconhecida a repercussão geral do RE 574.706/PR (acórdão publicado em outubro de 2017) no qual foi fixado tese no sentido de que "o ICMS não compõe a base de cálculo para incidência do PIS e da COFINS". Em 09 de maio de 2019, a ação transitou em julgado, com decisão favorável à Companhia. Desta forma o levantamento dos créditos a serem recuperados foi concluído apurando um montante atualizado de R$ 135.368 mil, reconhecidos como receita de recuperação de impostos no exercício findo de 31 de dezembro de 2023. A Companhia utilizou-se dos referidos valores para compensar por meio de DCOMP seus tributos federais, sendo que a maior parte já teve sua utilização no ano de 2023, restando um residual identificado na nota nº 6 como PIS/COFINS a recuperar. **7. Partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas representam transações comerciais entre as empresas do mesmo grupo econômico (não contempladas no processo de combinação) e transações com sócios, registradas pelo valor original, as quais foram realizadas em condições estabelecidas entre as partes, não havendo vencimento estipulado, bem como não há remuneração dos montantes. Sua composição é conforme segue:

Ativo não circulante:	2024	2023
DIS Esportes e Eventos Ltda.	32.279	32.279
	32.279	**32.279**

As transações ocorreram na modalidade de conta corrente entre as empresas e foram devidamente registradas na contabilidade de ambas as empresas e o saldo representa a posição líquida entre os valores a receber e a pagar com as empresas relacionadas, uma vez que as transações são liquidadas em base única. A administração da Companhia declara que as transações entre coligadas refletem com exatidão os compromissos assumidos, bem como imediatamente após o recebimento dos valores que estão previstos frente aos devedores da DIS Esportes e Eventos Ltda., que envolvem processos de recebimento da venda de direitos econômicos de atletas, diante de clubes no Brasil e no exterior cujo montante é expressivamente superior ao débito com a coligada. Informa assim que o pagamento será realizado de forma integral sendo dada a ampla e irrestrita quitação desta operação. Informa ainda que existe processos com trânsito em julgado em favor da DIS restando desta maneira apenas a execução para início do recebimento dos valores no exercício de 2025. **Remuneração do pessoal-chave:** No exercício de 2024, não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. **8. Imobilizado: a) Composição do saldo do ativo imobilizado em 2024 e 2023:**

			2024	2023
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	278.867	(127.986)	150.881	160.657
Máquinas e equipamentos	199.100	(146.968)	52.132	52.803
Móveis e utensílios	37.403	(25.344)	12.059	12.355
Hardware	18.057	(17.509)	548	837
Ajuste avaliação patrimonial	19.328	(19.328)	–	–
Total	**552.755**	**(337.135)**	**215.620**	**226.652**

b) Movimentação das contas do ativo imobilizado líquido no exercício

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 2023	Adições	Baixas/ Transf.	Depreciação	Saldo em 2024
Edificações e benfeitorias	4% a.a.	**160.657**	1.319	–	(11.095)	**150.881**
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	**52.803**	8.919	(2)	(9.588)	**52.132**
Móveis e utensílios	10% a.a.	**12.355**	2.097	(2)	(2.391)	**12.059**
Hardware	20% a.a.	**837**	52	–	(341)	**548**
Total		**226.652**	**12.387**	**(4)**	**(23.415)**	**215.620**

Descrição	Taxa de depreciação	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 2023
Edificações e benfeitorias	4% a.a.	**158.344**	12.847	–	(10.534)	**160.657**
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	**50.929**	10.861	(16)	(8.971)	**52.803**
Móveis e utensílios	10% a.a.	**10.576**	4.161	–	(2.382)	**12.355**
Hardware	20% a.a.	**749**	500	–	(412)	**837**
Total		**220.598**	**28.369**	**(16)**	**(22.299)**	**226.652**

continua →

LUZ PUBLICIDADE (11) 3121-5555 www.luzpublicidade.com.br

⋆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SONDA SUPERMERCADOS EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO S.A.

9. Direito de uso de ativos de operações de arrendamento: Foram contabilizados os valores correspondentes ao direito de uso dos contratos vigentes, em montantes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes. A amortização desses saldos se dará conforme os prazos definidos para os arrendamentos. Os passivos das operações com arrendamento, oriundos da adoção da NBC TG 06 (R3), estão detalhados na Nota Explicativa nº 13.

a) Composição do saldo do ativo de direito de uso em 2024 e 2023:

	Custo	Depreciação	2024 Líquido	2023 Líquido
Direito de uso	690.976	(379.450)	311.526	301.058
Total	**690.976**	**(379.450)**	**311.526**	**301.058**

b) Movimentação das contas do ativo de direito de uso líquido no exercício findo de 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Direito de Uso	Taxa de depreciação	Saldo em 2023	Adições	Atualizações	Baixas	Amortização	Saldo em 2024
Imóveis	14,25% a.a.	**298.743**	78.167	25.678	(249)	(91.434)	**310.905**
Máquinas e equipamentos	4,00% a.a.	**2.315**	–	(161)	–	(1.533)	**621**
Total		**301.058**	**78.167**	**25.517**	**(249)**	**(92.967)**	**311.526**

Direito de Uso	Taxa de depreciação	Saldo em 2022	Adições	Atualizações	Baixas	Amortização	Saldo em 2023
Imóveis	16,75% a.a.	**319.761**	75.083	(8.307)	(201)	(87.593)	**298.743**
Máquinas e equipamentos	4,00% a.a.	**4.091**	–	–	(112)	(1.664)	**2.315**
Total		**323.852**	**75.083**	**(8.307)**	**(313)**	**(89.257)**	**301.058**

10. Intangível:

a) Composição do saldo do ativo intangível em 2024 e 2023:

	Custo	Amortização	2024 Líquido	2023 Líquido
Fundo de comércio	111.659	–	**111.659**	**111.659**
Licença de uso de software	12.630	(12.628)	**2**	**3**
Marcas e patentes	52	(52)	**–**	**–**
Total	**124.341**	**(12.680)**	**111.661**	**111.662**

b) Movimentação das contas do ativo intangível líquido no exercício findo de 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Descrição	Taxa de amorti zação	Saldo em 2023	Adições	Amorti-zação	Saldo em 2024
Fundo de comércio		**111.659**	–	–	**111.659**
Licença de uso de software	20% a.a.	**3**	–	(1)	**2**
Marcas e patentes	20% a.a.	**–**	–	–	**–**
Total		**111.662**	**–**	**(1)**	**111.661**

Descrição	Taxa de amortização	Saldo em 2022	Adições	Amorti-zação	Saldo em 2023
Fundo de comércio		**111.659**	–	–	**111.659**
Licença de uso de software	20% a.a.	**42**	2	(41)	**3**
Marcas e patentes	20% a.a.	**–**	–	–	**–**
Total		**111.701**	**2**	**(41)**	**111.662**

11. Fornecedores:	**2024**	**2023**
Fornecedores de materiais para revenda	552.589	537.617
Fornecedores de serviços	22.276	21.121
Fornecedores de materiais para consumo	25.947	24.797
	600.812	**583.535**

Os saldos com fornecedores são essencialmente derivados das compras de produtos para revenda, prestadores de serviço e materiais para uso e consumo interno. No período, as contas a pagar da Companhia estavam segregadas da seguinte maneira:

	2024	**2023**
Valores a vencer		
Em 30 dias	493.275	483.851
Em 31 a 60 dias	101.223	94.110
Em 61 a 90 dias	2.954	3.273
Acima de 91 dias	3.360	2.301
	600.812	**583.535**

12. Salários e encargos sociais:	**2024**	**2023**
Salários e obrigações trabalhistas	2.371	1.967
INSS e FGTS a recolher	14.418	12.961
Provisão de férias e encargos	41.056	38.870
Outros encargos, provisões e benefícios sociais a recolher	1.160	1.810
	59.005	**55.608**

13. Passivo de arrendamento: 13.1. Arrendamento mercantil: Com relação aos prazos de arrendamento dos diretos de uso, a Companhia concluiu e utilizou os prazos conforme seus tipos de estabelecimentos. Há várias categorias de imóveis locados, sendo: as lojas onde ocorre a operação, os estacionamentos para os clientes, os depósitos para estocagem das mercadorias, as salas para a área administrativa realizar o BackOffice e os alojamentos de funcionários. **13.2. Passivos de operações de arrendamento:** Os passivos reconhecidos correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção. O prazo médio de locação dos imóveis para operação (loja, depósito e estacionamento) é de aproximadamente 10 anos e para os alojamentos e área administrativa são de 3 a 5 anos. Com relação à taxa de desconto a ser utilizada, a administração da Companhia avaliou a taxa incremental de empréstimos a ser atribuída e concluiu que o percentual a ser utilizado foi de 14,25% a.a. tendo como critério as seguintes premissas: • A taxa SELIC de encerramento do ano de 2023 foi de 11,75% a.a., tendo em vista a política de redução das taxas ao longo de 2023, bem como o prêmio de risco histórico atribuído a Companhia em eventos passados ser de 2,5% a.a., entendemos que a SELIC base de 01/2024 mais o prêmio de risco histórico da Companhia representa a melhor estimativa a ser utilizada como taxa, sendo esta arredondado para cima:

Descrição	Imóveis	Máquinas	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**348.675**	**2.687**	**351.362**
Ajuste a valor presente	(51.896)	–	**(51.896)**
Adição	129.886	–	**129.886**
Atualização	25.590	(157)	**25.433**
Baixa	(76)	–	**(76)**
Pagamentos	(126.273)	(1.905)	**(128.178)**
Apropriação juros	49.201	368	**49.569**
PIS/COFINS	(12.878)	(194)	**(13.072)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	**362.229**	**799**	**363.028**
Passivo circulante			94.415
Passivo não circulante			268.613

Descrição	Imóveis	Máquinas	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**361.831**	**4.530**	**366.361**
Ajuste a valor presente	(55.707)	–	**(55.707)**
Adição	130.688	–	**130.688**
Atualização	(8.307)	–	**(8.307)**
Baixa	(115)	–	**(115)**
Pagamentos	(121.154)	(2.063)	**(123.217)**
Apropriação juros	53.372	414	**53.786**
PIS/COFINS	(11.933)	(194)	**(12.127)**
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**348.675**	**2.687**	**351.362**
Passivo circulante			82.331
Passivo não circulante			269.031

No quadro a seguir será apresentado a previsão de apropriação da despesa financeira, amortização do direito de uso e do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Previsão das apropriações	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
Despesa financeira					
Imóveis	42.801	30.522	21.296	46.138	140.757
Máquinas	23	–	–	–	23
Despesa de amortização					
Imóveis	89.033	77.022	39.788	105.062	310.905
Máquinas	621	–	–	–	621
PIS/COFISN potencial (9,25%)					
Imóveis	12.239	10.927	5.900	16.726	45.792
Máquinas	76	–	–	–	76
Total das apropriações	**144.793**	**118.471**	**66.984**	**167.926**	**498.174**

Os contratos de arrendamento firmados pela Companhia não possuem cláusulas de *covenants* relacionadas ao desempenho financeiro. A obrigação limita-se apenas ao cumprimento das exigências contratuais no que diz respeito ao pagamento dos juros e do valor principal:

Modalidade	Taxa média de desconto	Vencimento final	2024	2023
Leasing financeiro			–	–
Imóveis	14,25%	Setembro de 2034	362.229	348.675
Máquinas	10,80%	Maio de 2025	799	2.687
Total			**363.028**	**351.362**
Passivo circulante			94.415	82.331
Passivo não circulante			268.613	269.031

Os futuros prazos de vencimento dos contratos estão demonstrados a seguir:

	2024	**2023**
Vencimentos em 2024	–	82.331
Vencimentos em 2025	94.415	81.269
Vencimentos em 2026	89.319	78.055
Vencimentos em 2027	43.521	32.933
Vencimentos em 2028	32.927	21.984
Vencimentos em 2029	23.888	12.420
Vencimentos a partir de 2030	78.958	42.370
	363.028	**351.362**

As despesas relativas aos aluguéis de imóveis, cujo contrato há cláusula de pagamento de variável pelo faturamento, foram consideradas como despesa de locação no resultado. Durante o exercício de 2024, o total de aluguel variável pago foi de R$ 10.327. Adicionalmente, informamos que as despesas relativas aos arrendamentos de baixo valor, ou com contratos inferiores a 12 meses, foram consideradas como despesa de locação no resultado do exercício.

14. Obrigações tributárias:	**2024**	**2023**
Imposto de Renda a Pagar	5.608	15.505
Contribuição Social sobre Lucro Líquido a pagar	4.456	10.130
PIS a pagar	1.115	1.057
COFINS a pagar	5.616	5.281
ICMS a pagar	14.027	13.622
Imposto a recolher - JSCP	2.588	–
Outros tributos a recolher	1.147	1.192
	34.557	**46.787**

15. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:	**2024**	**2023**
Dividendos a pagar	109.856	98.006
Juros sobre capital próprio a pagar	14.666	13.952
	124.522	**111.958**

Foi provisionado a distribuição ao acionista FIP G5 no montante de R$ 109.856 mil a título de dividendos. Os juros sobre capital próprio do exercício de 2023 teve sua aprovação por meio da Ata conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.4. E se encontra provisionado no passivo da empresa conforme quadro a seguir:

Juros sobre capital próprio:	**2023**
FIP G5	8.970
Delcir Sonda	2.848
Irani Sonda	1.424
Igor Sonda	712
Claudio Sonda	712
	14.666

16. Parcelamento de tributos:	**2024**	**2023**
Saldo inicial	**35.405**	**40.062**
(+) Adesão ao parcelamento	524	20
(+) Juros de atualização	1.972	2.908
(–) Pagamentos efetuados/créditos tributários	(8.102)	(7.585)
Saldo devedor	**29.799**	**35.405**
Passivo circulante	7.725	7.749
Passivo não circulante	22.074	27.656

17. Processos trabalhistas, tributários e cíveis: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para demandas administrativas e judiciais. Com base na análise dos riscos identificados, a Administração Sonda Supermercados Exportação e Importação S.A., mediante opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para demandas administrativas e judiciais para fazer face às perdas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	2024	**2023**
Cível	1.609	2.960
Trabalhista	506	1.207
Tributário	7.135	7.060
Depósitos judiciais	(4.050)	(4.363)
	5.200	**6.864**

Os depósitos judiciais oriundos de processos contingentes cujo prognóstico quanto à possibilidade de perda é classificado como possível ou remota é demonstrada a seguir:

	2024	**2023**
Depósito judicial (possível)	286	1.023
Depósito judicial (remota)	1.167	121
	1.453	**1.144**

A movimentação da provisão para demandas administrativas e judiciais está demonstrada a seguir:

	Trabalhista	Cíveis	Tributário	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.207**	**2.960**	**7.060**	**(4.363)**	**6.864**
Adição	–	–	75	313	388
Reversão	(701)	(1.351)	–	–	(2.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**506**	**1.609**	**7.135**	**(4.050)**	**5.200**

	Trabalhista	Cíveis	Tributário	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.077**	**3.299**	**6.896**	**(4.168)**	**7.104**
Adição	130	–	164	–	294
Reversão	–	(339)	–	(195)	(534)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.207**	**2.960**	**7.060**	**(4.363)**	**6.864**

Perdas possíveis, não reconhecidas no balanço patrimonial: A Companhia possui processos administrativos e judiciais que se referem às causas trabalhistas, tributárias e cíveis no montante de R$ 17.408 em 2023 e R$ 14.931 em 2024. Os assessores legais, com base em precedentes e decisões judiciais favoráveis, classificam as chances de perda como possíveis e, portanto, nenhuma provisão foi constituída por não se tratar de uma obrigação legal. **18. Patrimônio líquido: 18.1. Capital:** O capital social da Sociedade manteve-se inalterado no exercício de 2024, ou seja, permanecendo em 14.820,668 (14 milhões, oitocentos e vinte mil, seiscentos e sessenta e oito) ações, ficando assim distribuído:

Acionista	Ações	%	Capital social
FIP Sonda	9.063,428	61,16	269.898
Delcir Sonda	2.878,620	19,42	85.700
Irani Sonda	1.439,310	9,70	42.806
Igor Sonda	719,655	4,86	21.447
Claudio Erik Sonda	719,655	4,86	21.447
	14.820,668	**100**	**441.298**

18.2. Reserva de capital: A reserva de capital da Sociedade é de R$ 487.618.091,00 (quatrocentos e oitenta e sete milhões, seiscentos e dezoito mil e noventa e um reais). **18.3. Reserva de Lucros: Reserva legal:** É constituída de acordo com a Lei das Sociedades por Ações a razão de 5% do lucro líquido do exercício, até que a soma com a Reserva de Capital atinja 20% do Capital Social. **Reserva de Lucros Retido:** É constituída pelo lucro líquido remanescente, após as apropriações previstas no Estatuto Social da Companhia, ficando à disposição dos acionistas para futura distribuição de dividendos, absorver prejuízos futuros ou para aumentar capital. A sociedade distribuiu sua reserva acumulada até o ano de 2023 no valor total de R$ 385.368.703,43 em maio de 2024 aos acionistas, conforme sua participação societária. **18.4. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** Durante o exercício foram distribuídos R$ 229.618 mil a título de dividendos antecipados, bem como em 2024, foram aprovados os pagamentos dos Juros sobre Capital Próprio corresponde ao exercício de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 63.956 mil. O Imposto de Renda na Fonte sobre essa operação foi recolhimento em janeiro de 2025, sendo provisionado em conta própria do passivo circulante o montante devido aos sócios. **19. Receita operacional líquida:** A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício está composta conforme a seguir:

	2024	**2023**
Venda de mercadorias	5.193.216	4.700.215
Receita operacional bruta	**5.193.216**	**4.700.215**
Devolução de vendas	(4.379)	(4.057)
ICMS	(209.491)	(188.901)
PIS	(32.962)	(30.260)
COFINS	(151.804)	(139.323)
	(398.637)	**(362.541)**
Receita operacional líquida	**4.794.580**	**4.337.674**

20. Custos:	**2024**	**2023**
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(3.739.289)	(3.410.521)
Insumos de produção e revenda	(34.830)	(31.453)
Fretes	(14.996)	(13.765)
Ganhos ou perdas com inventários	(19.382)	(18.842)
Perdas identificadas e consumo interno	(61.763)	(53.127)
Bonificações em mercadorias	36.584	28.866
	(3.833.676)	**(3.498.842)**

21. Despesas gerais e administrativas por natureza:	**2024**	**2023**
Despesas com imóveis	(18.805)	(15.440)
Utilidades	(76.779)	(72.096)
Locações	(13.773)	(12.569)
Despesas com informática	(19.626)	(18.055)
Gastos com veículos	(2.198)	(1.494)
Entregas e carretos	(2.807)	(2.404)
Materiais para uso e consumo	(18.650)	(19.479)
Manutenção e reparos	(38.417)	(35.606)
Despesas de cuponagem	(1.171)	(965)
Prestação de serviços de terceiros	(84.472)	(103.583)
Despesas com viagens	(17)	(25)
Despesas judiciais e custas	(2.239)	(4.908)
Despesa com IPTU	(22.793)	(22.314)
Despesas indedutíveis e doações	(6.516)	(4.586)
Despesas com provisões	1.160	(725)
	(307.103)	**(314.249)**

22. Despesas com pessoal:	**2024**	**2023**
Salários e ordenados	(295.206)	(274.291)
Encargos INSS	(103.804)	(97.801)
Encargos FGTS	(36.255)	(33.544)
Horas extras e banco de horas	(20.114)	(17.021)
Férias	(39.283)	(37.608)
Décimo terceiro salário	(29.055)	(27.491)
Benefícios com pessoal	(58.924)	(52.707)
Contribuições sindical e associação de classe	(113)	(129)
	(582.754)	**(540.592)**

23. Resultado financeiro, líquido:	**2024**	**2023**
Juros de aplicações financeiras	89.836	102.898
Descontos obtidos	501.548	434.337
Receitas financeiras diversas	5.378	6.467
	596.762	**543.702**
Apropriação de juros sobre arrendamento	(48.495)	(50.909)
Comissões cartão de débito e crédito	(53.138)	(44.961)
Juros sobre capital próprio	(63.956)	(75.491)
Taxa de antecipação de cartão de crédito	(2.740)	(2.090)
Outras despesas financeiras	(4.185)	(4.254)
	(172.514)	**(177.705)**
	424.248	**365.997**

24. Outras receitas (despesas) operacionais:	**2024**	**2023**
Promoções recebidas	35	49
Receitas de acordos, contratos e verbas comerciais	158.236	152.138
Aluguel de pontos de venda	14.458	14.513
Receita líquida na alienação de imobilizado	–	13
Receita líquida na venda de sucatas	2.525	2.665
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.126)	772
Receita com recuperação de impostos	–	135.368
Impostos sobre outras receitas	(44.399)	(45.389)
	129.729	**260.129**

25. Cobertura de seguros (Não auditado): A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 2024, é assim demonstrada:

Item	Tipo cobertura	Valor da cobertura
Patrimonial Lojas + CD Perecíveis	Danos elétricos, incêndio, explosão, alagamento e outros	168.379.064
Patrimonial - Centro Distribuição Anchieta	Danos elétricos, incêndio, explosão, alagamento e outros	178.100.000
Responsabilidade Civil Geral - Lojas	Danos materiais, danos morais, prejuízos financeiros e outros	1.250.000
Seguro Garagista	Serviço de guarda de veículo (incêndio, roubo e/ou furto)	300.000
Vida em Grupo	Indenização de acidente, morte, invalidez e assistência funeral	3.000 a 350.000
Seguro de Carga - Centros Distribuição	Cobertura básica restrita _ NR 02	1.120.000

26. Imposto de Renda e Contribuição Social - Tributos diferidos: Corrente: O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, Lei nº 12.973/2014 que põe fim ao Regime Tributário de Transição (RTT), previsto na Lei nº 11.941/09 que passa a adotar uma contabilidade societária (para atender as NBC TGs) e uma contabilidade fiscal (para atender a legislação do IR/CSLL). O cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos. A empresa optou desde o ano de 2023 pelo regime de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro, passando a realizar a apuração trimestral. **Tributos diferidos: Ativos fiscais diferidos:** Estes créditos fiscais se referem ao Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, calculados sobre as adições/exclusões temporárias que foram adicionadas/excluídas na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social do exercício corrente e anteriores. **Passivos fiscais diferidos:** Referem-se aos tributos diferidos contabilizados com base na avaliação patrimonial dos bens do imobilizado pelo seu valor justo, aplicando um novo custo atribuído para estes ativos, com base na emissão de laudo de avaliação. À medida que ocorre a efetiva realização dos bens incentivados, por competência, há a realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos. Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentados no resultado do exercício:

Tributo	2024	2023
Lucro antes dos efeitos tributários (a)	**414.881**	**495.816**
Adições		
Adições do IRPJ	155.249	205.088
Adições do CSLL	157.168	206.432
Exclusões		
Exclusões do IRPJ	(127.874)	(260.791)
Exclusões do CSLL	(127.874)	(260.791)
Base de cálculo		
Base de cálculo do Imposto de Renda	442.256	440.113
Base de cálculo da Contribuição Social	444.175	441.457
Imposto de Renda (15%)	(66.338)	(66.017)
Incentivos fiscais	7.735	6.345
Adicional (10%)	(44.202)	(43.987)
Imposto de Renda Total	**(102.802)**	**(103.659)**
Contribuição social (9%)	(39.976)	(39.731)
	(142.778)	**(143.390)**
	(142.778)	**(143.390)**

(a) Inclusão na base de cálculo do lucro os valores da depreciação da avaliação patrimonial:

Tributo	Grupo	2024	2023
(–) Imposto de Renda - Corrente	Passivo circulante **(2)**	(102.802)	(103.659)
Imposto de Renda diferido - Ativos **(1)**	Ativo não circulante	(302)	(54)
(–) Imposto de Renda diferido - Passivo **(1)**	Passivo não circulante	110	(11)
Resultado líquido		**(102.994)**	**(103.724)**
(–) Contribuição Social - corrente	Passivo circulante **(2)**	(39.976)	(39.731)
Contribuição Social diferida - Ativa **(1)**	Ativo não circulante	(109)	(20)
(–) Contribuição Social diferida - Passiva **(1)**	Passivo não circulante	40	(4)
Resultado líquido		**(40.045)**	**(39.755)**
Tributo corrente/diferido ativo (passivo)		**(143.039)**	**(143.479)**
Taxa da alíquota efetiva - %			**32,34%**

(1) Referem-se ao Imposto de Renda diferido e a Contribuição Social diferida ativo, apurados sobre (i) prejuízo fiscal/base negativa de CSLL. (ii) diferenças temporariamente não dedutíveis para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social corrente; **(2)** Referem-se ao Imposto de Renda diferido e a Contribuição Social diferida passivo, apurados sobre (i) prejuízo fiscal/base negativa de CSLL. (ii) diferenças temporariamente não dedutíveis para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social corrente.

(b) Tributos diferidos:

	2024	**2023**
Impairment por perdas de estoque	11.504	10.297
Provisão para contingências	2.614	4.590
Base de cálculo	**14.118**	**14.887**
Alíquota	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	**4.800**	**5.062**

(c) Movimentação do Resultado do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	2024	**2023**
Complemento impairment por perdas de estoque	411	(74)
Reversão de provisão para contingências	(672)	(15)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(261)**	**(89)**

27. Instrumentos financeiros: A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos em condições normais de mercado. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco que não tenham finalidade de proteção. Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. **27.1. Considerações sobre riscos: (i) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora e gerencia permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma amena relação de capital, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando as condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode efetuar captação de novos empréstimos. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A estrutura de dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações em títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital em relação ao exercício anterior. **(ii) Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de crédito são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Dessa forma, as medidas adotadas pela Companhia se mostraram eficazes, e no exercício de 204, não houve registros de inadimplência em suas contas a receber. **(iii) Risco com taxa de juros variáveis:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras e dívidas com taxas de juros variáveis pelo CDI. Assim, o risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não possui exposição financeira em moeda estrangeira. **(iv) Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são apresentadas a seguir:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	Valor contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 2 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	600.812	600.812	–	–	–
Arrendamento	363.028	47.317	47.098	132.840	135.773
Outras contas a pagar	1.835	–	1.835	–	–
Total	**965.675**	**648.129**	**48.933**	**132.840**	**135.773**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	Valor contábil	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 2 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	583.535	583.535	–	–	–
Arrendamento	351.362	9.263	73.067	159.324	109.708
Outras contas a pagar	5.302	–	5.302	–	–
Total	**940.199**	**592.798**	**78.369**	**159.324**	**109.708**

27.2. Valorização dos instrumentos financeiros: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização: **• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações em títulos e valores mobiliários:** o valor de mercado desses ativos não difere significativamente dos valores apresentados nas demonstrações contábeis (Nota Explicativa nº 3). As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado; **• Contas a receber de clientes/outros recebíveis:** são registrados ao valor presente (quando da ocorrência de efeitos significativos) e classificados como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotados em mercado ativo, mensurados ao custo amortizado, reduzidos de perdas por "*impairment*" quando aplicável; **• Leasing financeiro:** reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, com base no método da taxa efetiva de juros; **• Contas a pagar aos fornecedores:** são obrigações a pagar de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidos inicialmente ao valor presente e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado (quando da ocorrência de efeitos significativos); **• Partes relacionadas a receber:** apresentadas ao valor contábil e de mercado. A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir e não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas (em 2024):

	Custo amortizado 2024	Custo amortizado 2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	674.847	1.020.771
Contas a receber	306.162	307.432
Partes relacionadas	32.279	32.279
Ativos financeiros totais	**1.013.288**	**1.360.482**
Passivos financeiros		
Fornecedores	600.812	583.535
Passivo de arrendamento	363.028	351.362
Passivos financeiros totais	**963.840**	**934.897**

Estimativa do valor justo: Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo NBC TG 40 (R3)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia: **• Nível 1:** Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais; **• Nível 2:** Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); **• Nível 3:** Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis). Em 2024 e 2023, a Companhia não possui derivativos contratados. **28. Resultado por ação:** A tabela a seguir demonstra a reconciliação do cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	**2023**
Lucro do exercício	335.748	427.828
Média ponderada da quantidade de ações do exercício (em unidades)	14.820,67	14.820,67
Resultado atribuído aos acionistas da Companhia	**22,65**	**28,87**

29. Eventos subsequentes: Para as demais operações e assuntos que trata dos eventos subsequentes, a Companhia reafirma que não há eventos relevantes do seu conhecimento que possam afetar seu resultado ou a posição patrimonial no exercício findo de 31 de dezembro de 2024.

A Diretoria

Contador: Claiton Santin - CRC-SP 271169/O-9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas do **Sonda Supermercados Exportação e Importação S.A. -** São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Sonda Supermercados Exportação e Importação S.A**. **("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Sonda Supermercados Exportação e Importação S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis materiais utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador - CRC 1 SP 223326/O-3

LUZ PUBLICIDADE (11) 3121-5555 www.luzpublicidade.com.br